



ATA DA 305ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DE AUDITORIA

DATA: 20/02/2026

HORA: 8h04

LOCAL: Presencial e por meio de videoconferência

PRESENCAS: Sr. Edmilson Gama da Silva, Presidente do Comitê; Sr. Antônio Elias Zoghbi de Castro e Sra. Erika Akemi Kimura Reis, membros efetivos. Presentes também, o Sr. Douglas Araújo Ruas, Analista de Previdência Complementar.

CONVIDADOS: Sr. José Luiz Barros, Gerente de Orçamento, Contabilidade e Tesouraria; Sr. Antônio dos Santos Drumond Filho, Gerente de Auditoria Interna; Sr. Thales Maia Mendonça, Gerente de Controle de Investimentos; Sra. Elvira Mariane Schulz, Coordenadora de Riscos de Investimentos; Sra. Kamila Magalhães de Rezende, Coordenadora de Auditoria; Sra. Karoline Santos de Araújo, Coordenadora de Atuação.

Verificado o quórum necessário, de acordo com o art. 30, inciso II do Regimento Interno da Funpresp-Exe, o Presidente do Comitê de Auditoria (Coaud) instalou a reunião e declarou iniciados os trabalhos.

ASSUNTOS DELIBERATIVOS:

1) Ordem do Dia

A ordem do dia foi aprovada pelos membros do colegiado.

2) Ata da Reunião Anterior

Não houve.

3) Balancetes, Execução Orçamentária do PGA e Fluxo de Caixa - dezembro de 2025

O Sr. José Luiz apresentou a Nota Técnica nº 5/2026/COORC/GECOT/DIRAD, de 30 de janeiro de 2026, constante do Processo SEI nº 03750.020405.000004/2026-87, relativa aos balancetes e ao fluxo de caixa dos Planos de Benefícios ExecPrev, LegisPrev e do Plano de Gestão Administrativa (PGA), bem como à execução orçamentária do PGA referente ao mês de dezembro de 2025. Na oportunidade, informou que a Funpresp-Exe encerrou o mês com ativo total de R\$ 15,142,9 bilhões, com crescimento de R\$ 347,5 milhões no período, resultado positivo de investimentos dos Planos de Benefícios no montante de R\$ 151,0 milhões, execução de 56,3% das despesas administrativas previstas para o período e todos os indicadores dentro das metas estabelecidas. Durante a apresentação, a Sra. Erika Kimura formulou questionamentos sobre a execução orçamentária do PGA por ação, especialmente quanto à composição da rubrica de provisão de pessoal, incluindo férias e décimo terceiro, e indagou se os tributos estariam associados às despesas de pessoal. Em resposta, o Sr. José Luiz Barros esclareceu que tais tributos se referem ao PIS/COFINS incidente sobre as receitas administrativas, tais como taxa de carregamento, rendimentos de aplicações financeiras e tarifa administrativa das operações de empréstimo. Na sequência, a Sra. Erika Kimura observou que, embora o aumento da base de participantes contribua para o acúmulo financeiro do PGA, a eficiência também depende de ganhos de escala e da possibilidade de redução da taxa de carregamento, em benefício da acumulação de reservas pelos participantes. Por sua vez, o Sr.

Edmilson Gama lembrou o pedido para que o Comitê pudesse colaborar na elaboração das notas explicativas de 2025, assinalando que uma participação mais antecipada, especialmente na fase de minutas, tabelas e textos, pode contribuir para o aprimoramento do material sem prejuízo ao fluxo de trabalho da área técnica. Os membros do Comitê tomaram conhecimento da matéria e esclareceram dúvidas pontuais.

ASSUNTOS INFORMATIVOS:

4) Monitoramento e Análise de Performance de Ativos – MAPA - dezembro de 2025

O Sr. Thales Maia apresentou o Monitoramento e Análise de Performance de Ativos (MAPA) referente a dezembro de 2025. Na exposição, destacou o desempenho das carteiras Preservação e Performance, que encerraram o exercício com rentabilidade acumulada de 12,69% e 18,20%, respectivamente, ambas acima do índice de referência. Informou que o resultado foi influenciado, principalmente, pelo desempenho dos títulos públicos federais atrelados ao IPCA, pela renda variável e pelo ouro, além de registrar a evolução do patrimônio e da composição das carteiras ao longo do período. O Gerente também abordou a estrutura de alocação dos investimentos, ressaltando a predominância de ativos de renda fixa na carteira Preservação e maior participação de ativos com maior potencial de retorno e volatilidade na carteira Performance, incluindo títulos públicos marcados a mercado, renda variável e fundos multimercado. Mencionou, ainda, a continuidade da estratégia de realocação de recursos decorrente do encerramento de mandatos de fundos multimercado, bem como o comportamento das operações com participantes no período. Ao longo dos debates, os membros trataram do cenário regulatório e de mercado relacionado a instituições financeiras de menor porte, fintechs e mecanismos de mitigação de risco, discutindo a necessidade de modernização das regras aplicáveis a esse segmento e possíveis repercussões sobre o sistema de proteção e sobre os riscos operacionais. Na ocasião, a Sra. Erika Kimura observou que o FGC promoveu alterações em sua estrutura e em seus instrumentos de governança, com recente atualização em seu estatuto social em 2026, de conhecimento público. Embora parcela relevante de recursos possa ter sido consumida por episódios recentes envolvendo instituições específicas, Fundos dessa natureza são criados justamente, dentre outras funções, para mitigar riscos sistêmicos. Na sequência, o Sr. Edmilson Gama suscitou reflexão sobre o modelo adotado pela Fundação para organização dos perfis de investimentos, estruturados por faixas etárias, indagando sobre o comportamento dos participantes que eventualmente migram de perfil fora do ciclo etário originalmente previsto. Destacou que a segmentação exclusivamente por idade pode limitar a possibilidade de escolha de perfis com maior ou menor exposição a risco, especialmente considerando as dificuldades de compreensão do participante médio sobre esse tipo de estratégia. Por fim, o Comitê também abordou aspectos relacionados aos processos de contratação no âmbito das gestoras de investimentos, sugerindo a conveniência de que propostas de certames e licitações sejam previamente submetidas ao Coaud para análise e eventuais contribuições. Debateram, ainda, a diferença entre o modelo atualmente adotado pela Fundação, baseado em licitação tradicional, e práticas de mercado que utilizam cadastramento ou credenciamento, entendidos como instrumentos que podem conferir maior agilidade e reduzir a morosidade dos processos, sem prejuízo da legalidade dos procedimentos da Fundação.

5) Relatório Trimestral de Gestão de Riscos em Investimentos - 4º trimestre de 2025

A Sra. Elvira Mariane apresentou o Relatório de Gestão de Riscos de Investimentos referente ao 4º trimestre de 2025. Na oportunidade, informou que o relatório tem por finalidade prestar informações sobre os riscos associados aos investimentos administrados pela Funpresp-Exe, nos termos da Seção II do Capítulo II da Resolução CMN nº 4.994, de 24 de março de 2022. Esclareceu que, no período, os riscos de mercado, de crédito e de liquidez permaneceram dentro dos parâmetros definidos nas Políticas de Investimentos da Fundação e em conformidade com a legislação vigente. Quanto ao risco sistêmico, informou que o monitoramento realizado não identificou indícios de elevação de risco capazes de representar ameaça de crise sistêmica. Após a exposição, os membros abordaram exposições a emissores e ativos que haviam sido objeto de questionamentos em reuniões anteriores, tendo a área técnica esclarecido que a Fundação não possuía posição nos ativos mencionados, inclusive aqueles recentemente liquidados. Na sequência, foram discutidos aspectos relacionados à análise de crédito, à *due diligence* realizada sobre gestores e emissores e à necessidade de aprofundamento das análises, com leitura de notas explicativas, avaliação de inadimplência e exame de indicadores adicionais. A Sra. Elvira Mariane esclareceu, ainda, que o cálculo do B-VaR passou a ser realizado em sistema *front to back*, em substituição às planilhas

anteriormente utilizadas, o que trouxe maior robustez ao processo. Em complemento, a Sra. Erika Kimura sugeriu que o relatório passe a indicar de forma mais clara as fontes, materiais e bases metodológicas utilizadas na elaboração dos cálculos, de modo a facilitar a compreensão do estudo pelos membros. Em resposta, a Coordenadora informou que essas referências já constam dos gráficos e da metodologia adotada, a qual se encontra formalmente documentada em processo próprio no SEI e submetida à revisão no âmbito do CORIC, comprometendo-se a avaliar aperfeiçoamentos na apresentação dessas informações no relatório.

6) Relatório de Atividades da Comissão de Ética - 4º trimestre de 2025

A Sra. Karoline Santos apresentou o Relatório de Atividades da Comissão de Apuração Ética e Disciplinar referente ao 4º trimestre de 2025 (Documento SEI nº 0264068, de 28 de janeiro de 2026). Na oportunidade, informou que, no período, a CAET não recepcionou pedidos de análise de conflito de interesses. Destacou, ainda, o cumprimento integral das recomendações da GEAUD, no âmbito da auditoria de processos na Comissão, concluída em 23 de maio de 2025, a qual registrou seis recomendações com prazo de atendimento até 22 de dezembro de 2025. No decorrer das discussões, o Sr. Edmilson Gama observou que a minuta de atualização do Código de Ética não havia sido submetida ao Coaud, apesar de o Comitê já ter contribuído para o aprimoramento de versão anterior e ter ciência dos apontamentos formulados pela Auditoria Interna, colocando-se à disposição para colaborar nos próximos trabalhos. O Presidente ressaltou, ainda, a importância de o Comitê ser informado, especialmente em caso de eventual ciência de fatos envolvendo integrantes da Diretoria. Na sequência, o Sr. Antônio Elias ponderou que, considerando a existência de canal mantido por empresa terceira responsável pelo recebimento de manifestações, seria conveniente alinhar, de forma mais estruturada, a classificação das ocorrências previstas no regimento e nos normativos internos, de modo a segregar formalmente o tipo de denúncia recepcionada, observando que a ausência desse mecanismo pode comprometer a transparência do acompanhamento pelo Comitê de Auditoria. Os membros indagaram, ainda, se, no trimestre de referência, foram recebidas denúncias relacionadas aos temas previstos nos incisos I a IV do art. 53 do Regimento Interno da Funpresp-Exe. Em resposta, a Sra. Karoline Santos esclareceu que, no período em referência, não houve denúncias, fraudes ou ocorrências correlatas. A Presidente da Caet informou também que o sistema atualmente utilizado para registro de chamados, reclamações e denúncias tem sido aproveitado pela Comissão para controle de prazos internos, mas que a Comissão possui baixa ingerência sobre o canal externo, razão pela qual considerou pertinente a realização de alinhamento específico com a empresa responsável.

7) Relatório de Ouvidoria - 4º trimestre de 2025

Os membros tomaram conhecimento, por meio da Nota Técnica nº 1/2026/OUVIR/DE, de 02 de fevereiro de 2026, constante do Processo SEI nº 03750.000603.000019/2025-11, do Relatório Trimestral de Ouvidoria referente ao 4º trimestre de 2025, no qual constam as informações estatísticas da atuação da área e as ações implementadas durante o período. O documento foi elaborado com base na análise detalhada de 82 manifestações registradas no período, contemplando diferentes tipos de demandas e perfis de manifestantes. Observa-se um aumento de 48% em relação ao trimestre anterior (162 registros). Na oportunidade, foi informado ao Coaud que não houve, no período em referência, denúncias envolvendo administradores da Fundação, nos termos do art. 53 do Regimento Interno.

8) Atas dos Colegiados e Órgãos Auxiliares

Não houve.

9) Informes

Não houve.

ASSUNTO EXTRAPAUTA DELIBERATIVO:

10) Relatório de Atividades da Auditoria Interna e de Acompanhamento dos Planos de Ação - janeiro de 2026

O Sr. Antônio Drummond e a Sra. Kamila Magalhães apresentaram o Relatório de Atividades da Auditoria Interna e de Acompanhamento dos Planos de Ação referente a janeiro de 2026, com destaque para os seguintes trabalhos de auditoria em andamento: (i) “*Gerir a Arrecadação de Recursos e Cadastro*”;

(ii) “Gerir Investimentos”; e (iii) “Promover Seguridade”. Também abordaram outras frentes de atuação da unidade, como o acompanhamento dos indicadores PPR/PRV 2025, a contratação da auditoria independente, a contratação da auditoria atuarial, a Política de Auditoria Interna e o Mês da Auditoria Interna. Na sequência, apresentaram o quadro de recomendações e o acompanhamento do PAINT 2026. Após a exposição, os membros trataram da contratação da auditoria independente, destacando a conveniência de realização de reunião inicial com a participação do Comitê, inclusive com a presença dos sócios da firma contratada, de modo a propiciar melhor conhecimento mútuo e alinhamento institucional. Na oportunidade, a Gerência de Auditoria Interna também trouxe informes sobre tentativas de phishing envolvendo a Fundação, registrando que a área de Tecnologia da Informação já havia sido acionada. Nesse contexto, os membros requereram reporte sobre as providências adotadas e em curso para o fortalecimento da segurança da informação. Ao final, os membros tomaram conhecimento da matéria, esclareceram dúvidas sobre os temas apresentados e não manifestaram óbices a lavratura do documento.

RESOLUÇÃO nº 124: O COMITÊ DE AUDITORIA DA FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR DO SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL DO PODER EXECUTIVO –FUNPRESP-EXE, no uso de suas atribuições e nos termos do art. 51, inciso IV do Regimento Interno, avaliou o Relatório de Atividades da Auditoria Interna e de Acompanhamento dos Planos de Ação, referente ao mês de janeiro de 2026, e não manifestou óbices em relação ao documento apresentado.

A próxima reunião do Comitê de Auditoria está agendada para o dia 6 de março de 2026, às 8h. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Edmilson Gama, Presidente do Comitê de Auditoria da Funpresp-Exe, considerou encerrados os trabalhos às 11h58, tendo eu, Douglas Araújo Ruas, secretário da reunião, lavrado e subscrito esta ata, que após lida e aprovada, segue assinada pelos presentes.

Edmilson Gama da Silva
Presidente do Comitê

Antônio Elias Zoghbi de Castro
Membro do Comitê

Erika Akemi Kimura Reis
Membra do Comitê

Douglas Araújo Ruas
Secretário da Reunião



Documento assinado eletronicamente por **Edmilson Gama da Silva, Membro do Comitê de Auditoria**, em 18/03/2026, às 11:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Douglas Araujo Ruas, Analista de Previdência Complementar**, em 18/03/2026, às 11:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Antonio Elias Zoghbi, Membro do Comitê de Auditoria**, em 18/03/2026, às 16:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Erika Akemi Kimura Reis, Membro do Comitê de Auditoria**, em 20/03/2026, às 08:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.funpresp.com.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0272139** e o código CRC **DA6644DE**.

Referência: Caso responda este documento, indicar expressamente o Processo nº 03750.000501.000025/2026-05

SEI nº 0272139

Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Executivo – Funpresp-Exe

SCN Q 2 BL A Corporate Financial Center Salas 201-204 - CEP 70712-900 -

<https://funpresp.com.br>